



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº. , DE 2011
(Do Sr. Takayama)

Solicita ao Ministério do Trabalho e Emprego informações sobre as relações trabalhistas entre brasileiros e paraguaios na fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero sejam solicitadas ao Ministério do Trabalho e Emprego as seguintes informações:

- 1 – Existem dados oficiais de quantos Brasileiros vivem na fronteira Ponta Porã – Pedro Juan Caballero? Quantos trabalham formalmente no Paraguai?
- 2 – Qual o perfil socioeconômico da população residente na fronteira com falta de formação profissional?
- 3 – Existem estimativas de quantas brasileiras atravessam a fronteira todos os dias para trabalhar no Paraguai? Essas brasileiras correm algum tipo de risco nessa travessia, por parte do crime organizado?
- 4 – É correto afirmar que brasileiros e brasileiras estão sendo submetidos à condições sub-humanas de trabalho no Paraguai, com carga horária de até 10



horas de trabalho por dia, sem direito a folga? Se a resposta for afirmativa, existe fiscalização brasileira quanto a isso?

5- Apresentado como alternativa de emprego em geral para a população mais pobre de Ponta Porã, as atividades no comércio de importados em sua maioria não tem suporte legal e os salários são baixos, como aponta um funcionário da prefeitura de Ponta Porã. Situações de constrangimento, como revistas de bolsos e bolsas antes dos funcionários saírem das lojas, também parecem ser práticas comuns. É do conhecimento do Ministério esse procedimento?

6 – As crianças brasileiras de baixa renda, também estão atravessando a fronteira para trabalhar, ou pedir esmolas aos turistas, abandonando a escola? Que medidas são tomadas para se evitar essa situação?

7 – Existe algum estudo/pesquisa realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sobre essa situação de precariedade e exploração de mão-de-obra a qual os brasileiros estão sendo submetidos no Paraguai?

JUSTIFICAÇÃO

Alguns problemas característicos de fronteira são por ora preocupantes, especialmente quando as pessoas envolvidas são cidadãos brasileiros, daí a importância de termos informações precisas e estatísticas atualizadas, para que medidas de fiscalização e políticas públicas sobre o caso sejam tomadas.

Não podemos permitir que os nossos cidadãos convivam com situações que os desmoralize perante outras nações, precisamos de informações detalhadas sobre o que realmente acontece nessa fronteira, para que medidas eficazes sejam providenciadas.

A fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero se apresenta como uma “zona de intenso comércio e fluxo de pessoas”, de modo que a cidade paraguaia “funciona como entreposto comercial de mercadorias norte-americanas, asiáticas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

e europeias, sendo possível encontrar migrantes que se deslocam para a região, a fim de comercializarem essas mercadorias ou ainda, por razões políticas e em busca de colocação no mercado de trabalho” (PEREIRA, 2002. p. 4). Diante desse mercado “promissor” é que brasileiros possam estar tentando a sorte do outro lado da fronteira.

Diante de tal problema que é normal em se tratando de fronteiras, é que temos que ser esclarecidos sobre o que realmente está acontecendo nesta área em termos de relações trabalhistas, para que possamos preservar nossos cidadãos brasileiros de possíveis explorações trabalhistas.

Sala das Sessões, ____ de dezembro de 2011.

Deputado **Takayama**
PSC/PR